

A Europa desencantada

ANÁLISE Eleições para o Parlamento Europeu, marcadas pela alta abstenção e pelo crescimento da direita, revelam as consequências do rebaixamento da pauta dos social-democratas

Christophe Ventura

Quanto

43% foi o índice de abstenção das eleições deste ano

APESAR DA ampliação contínua de suas prerrogativas e do fato de que ele é a única instituição europeia diretamente eleita pela população, é por uma outra característica que se pode singularizar o Parlamento Europeu: ele é o mais mal-eleito da Europa. O lideranço do inglês ranking tornou-se mais folgada após o pleito realizado entre os dias 4 e 7. Dos 338 milhões de eleitores, dos 27 países membros da União Europeia (UE), apenas 43% compareceram às urnas para escolher os membros da legislatura 2009-2014. Historicamente, cada eleição é marcada por um novo recorde de abstenção: 38% em 1979, 51% em 1999, 55% em 2004 e 57% neste ano.

Uma "Europa Social" é impossível dentro do quadro dos tratados comunitários concebidos para organizar o controle das sociedades pelo mercado

Essa abstenção constitui o fato maior dessa eleição. Em muitos países, ela atinge níveis superiores a 75% nas classes populares. Em um país como a França, a linha de fratura sociológica é evidente. São as classes médias abastadas e urbanas que se mobilizaram para votar. Operários, empregados, camponeses, jovens, desempregados, precarizados, profissionais intermediários etc. boicotaram amplamente a consulta. Esse fenômeno parece indicar claramente, ao seio desses grupos, a existência de uma profunda indiferença pela construção europeia e confirmam a legítima desconfiança em relação às instituições e ao modo

político do continente. O quadro, o funcionamento e a classe política e administrativa da União Europeia não dispõem de nenhum reconhecimento e apoio por parte do povos europeus.

Sem alternativa

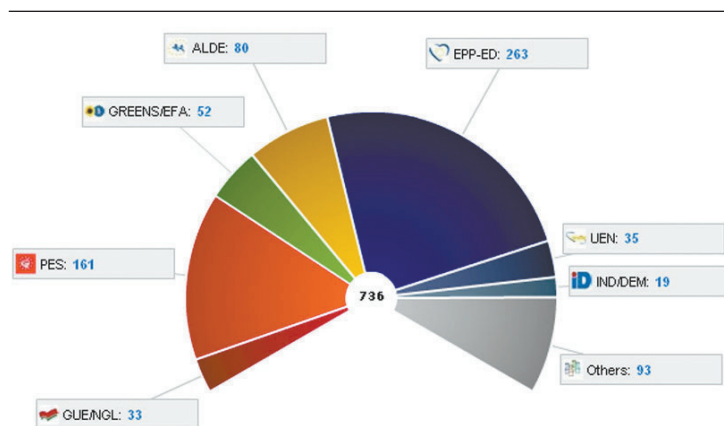
Esses últimos estão cansados de esperar uma "Europa Social", prometida à opinião pública pela esquerda social-democrata desde que ela trocou seu norte internacionalista pela "ideia europeia". Uma "Europa Social" é impossível dentro do quadro dos tratados comunitários concebidos, desde suas origens (o primeiro deles, o Tratado de Roma, é de 1957), segundo os princípios liberais, para organizar o controle das sociedades pelo mercado.

Diante de uma crise econômica e social sem precedentes, a União Europeia se revelou incapaz de geri-la: seus planos para relançar a economia e os países membros representam apenas 1% do PIB do conjunto das nações, e os países Bálticos e a Romênia foram abandonados ao FMI durante o colapso financeiro. Os povos europeus demonstraram, por suas abstenções massivas, um profundo abandono pela construção europeia. Esta última terá dificuldades para se reerguer e sua existência como modelo político parece comprometida perante a história.

Avanço reacionário

Nesse contexto, outros ensinamentos podem ser tirados. De início, em 21 dos 27 países membros, as direitas europeias chegaram na frente nas eleições. Elas se reorganizam aqui em diante em torno de dois polos: um conservador e liberal tradicional (maioria no PE) e um nacionalista e xenófobo, cujo peso se reforça em vários países, principalmente na Grécia, Finlândia, Itália, Inglaterra, Romênia, Dinamarca e nos Países Baixos.

Essas direitas, com 490 das 736 cadeiras, vão domi-



EPP-ED: Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos)
PES: Grupo Socialista no Parlamento Europeu
ALDE: Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
UEN: Grupo União para a Europa das Nações
GREENS/EFA: Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
GUE/NGL: Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
IND/DEM: Grupo Independência/Democracia
Others: Outros

nar o Parlamento Europeu. A esquerda social-democrata e a nova esquerda (cuja emergência se confirma nessas condições difíceis em vários países, como na França, na Alemanha ou em Portugal, onde elas contêm o avanço da extrema direita) serão claramente minoritárias.

Essa crise de representação política no nível nacional resulta em um eleitorado popular optando, em boa parte, para as formações de direita autoritária

Social-democracia

A social-democracia carrega uma pesada responsabilidade nessa situação. Ela codirige o Parlamento Europeu com a direita a partir de uma plataforma neoliberal. O Partido Socialista Europeu (PSE), com efeito, votou com ela dois terços das diretivas de liberalização e de privatização durante o mandato de 2004 a 2009.

A social-democracia está em crise profunda e a representação dos partidos originários desta tradição, em queda livre. No nível continental, o PSE é o grupo que conhece a maior redução de

seus efetivos. Com 162 dos 736 deputados, ele perde 55 lugares em relação ao período anterior, quando tinha 217 lugares. O PSE não representava mais do que 22% dos deputados europeus, contra 27,6% entre 2004-2009.

Os social-democratas alemães (SPD) obtiveram seu pior resultado em uma eleição europeia, com 20,8% dos votos (contra 21,52% em 2004). Na França, o Partido Socialista perdeu 13% de seu eleitorado e recebeu apenas 16% dos votos. Com 15,31%, o Partido Trabalhista, da Inglaterra, teve seu pior resultado em uma eleição desde 1918. Na Itália, com 26,14% dos votos (contra 31,10% em 2004), o Partido Democrata prolonga sua lenta deriva eleitoral. A situação – com exceção da Suécia e da Grécia, onde os social-democratas obtiveram um resultado comparável ou superior ao de 2004 – é por toda parte quase a mesma.

Esquerda neoliberal?

Em toda a Europa, a conversão da social-democracia à ideologia neoliberal e sua renúncia às políticas de transformação e de defesa dos interesses populares nos últimos 25 anos resultaram na sua desqualificação nas camadas mais populares. Esse fenômeno produziu uma evolução política maior cujas tendências se exprimem em diversos níveis, nos votos nacionais e nos votos europeus: pobres e classes populares se desligam da vida política ou votam para a direita.

E por quê? É um jornal de finanças internacional que nos dá a análise mais séria sobre o assunto. A constatação

Quanto

490, das 736 cadeiras do Parlamento Europeu, serão da direita

proposta – em seu editorial sobre o resultado das eleições europeias – pelo *Financial Times* é irônica e ao mesmo tempo lúcida: “os partidos cuja missão histórica foi a de substituir o capitalismo pelo socialismo não têm filosofia de governo. Suas políticas antirrise são dificilmente distinguidas das propostas por seus rivais”.

Crise de representação

É em relação a essa problemática que devemos procurar as primeiras razões que conduziram largos setores da população a não votar para os partidos supostamente representantes de seus interesses de classe e a desertar da vida política. Essa crise de representação política no nível nacional resulta em um eleitorado popular optando, quando ele ainda vota, pelas formações de direita autoritária que apresentam respostas reacionárias a certas questões, principalmente a proteção face à concorrência imposta pela globalização, por exemplo. Ela é ampliada igualmente por uma indiferença desconfiada por

uma construção europeia antidemocrática e antissocial. Combinados, esses dois elementos explicam a situação política europeia e minam a democracia em todos os níveis.

Exemplo

Essas eleições europeias confirmaram o aprofundamento da crise política em todos os países europeus. E isso num contexto de crise econômica, social e ambiental sem precedentes. Os sistemas políticos e seus representantes são cada vez mais desqualificados pelos povos.

A história latino-americana dos últimos 20 anos mostra que a debilidade dos sistemas políticos e institucionais pode oferecer rupturas progressistas quando forças e dirigentes políticos representantes de interesses populares se revelam. A tarefa é imensa para as forças progressistas europeias. A questão que se apresenta é se elas sabem que, agora em diante, não há mais tempo a perder com as falsas promessas desse modelo de Europa.

Christophe Ventura
 é membro da Associação
 Mémoire des Luittes e da
 ATTAC França.

Tradução: Douglas Estevam

Um parlamento que não propõe leis

O Parlamento Europeu não pode ser visto exatamente como um parlamento. Isso porque ele não dispõe da possibilidade de propor textos legislativos (fala-se particularmente em “diretivas” no vocabulário das instituições comunitárias). Na arquitetura institucional da União Europeia, é a Comissão Europeia, cujos membros são nomeados por cinco anos pelos governos, que tem o monopólio da iniciativa legislativa. Os governos fixam, durante os conselhos europeus (reuniões de chefes de Estado e de governos que acontecem no mínimo quatro vezes por ano), as grandes orientações a partir das quais a Comissão trabalha. Em um grande número de domínios, eles decidem (no seio do Conselho da União Europeia – que reúne os ministros – que rejeita ou superior ao de 2004 – é por toda parte quase a mesma).

decisão, dispõe de um poder significativo que foi reforçado a cada novo tratado europeu, desde sua primeira eleição por sufrágio universal, em 1979. Ele se aplica principalmente ao domínio que constitui o coração da construção europeia: o mercado interior e seu direito de concorrência. Na fase de adoção dos textos legislativos europeus propostos pela Comissão – que são transpostos em seguida nos direitos nacionais dos estados membros e constituem uma norma jurídica superior à destes últimos –, o Parlamento Europeu “partilha o poder legislativo com o Conselho da União Europeia” e pode “agregar, modificar ou rejeitar o conteúdo das legislações europeias”, como define a apresentação enclavada no sítio do PE. Além disso, ele constitui, com o Conselho da UE, a autoridade orçamentária da União, “que determina, a cada ano, as despesas e receitas da União”. (CV)